

# O Governo Gabino Besouro (1892-1894) e os Impactos na Instrução Pública Alagoana

*Cristiano Ferronato\**  
*Carlos Tiburcio de Araújo Abreu\*\**

## Resumo

O trabalho é um recorte de uma dissertação de mestrado, e busca compreender a implementação de políticas públicas de viés Positivista em Alagoas, durante o Governo de Gabino Besouro (1892-1894). Situa-se no campo da história da educação e tem como fontes principais de análise o Relatório do Diretor de Instrução Pública de Alagoas do ano de 1892, o Decreto nº 12, de 1892, as Mensagens enviadas por Gabino Besouro ao Congresso Alagoano, o Almanak do Estado de Alagoas dos anos de 1892 e 1893, e o Diário Oficial da União de 19 de setembro de 1889. O referencial situa-se no campo da História Cultural, especialmente as reflexões de Peter Burke (2005). Destacamos a biografia de Gabino Besouro, suas principais realizações nas áreas da educação e da economia, alinhadas à política nacional comandada por Floriano Peixoto. Contudo, esse alinhamento durou pouco, devido aos embates de Besouro com as oligarquias alagoanas. Concluímos que sua gestão pode ser compreendida como um período de criação da estrutura republicana no agora estado de Alagoas.

**Palavras-chave:** História da Educação; Gabino Besouro; Instrução Pública Alagoana.

\* Doutor em Educação. Coordenador do PPED/UNIT. Coordenador do FORPRED/NE/ANPED. Associado da ANPED, SBHE e IHGSE.

\*\* Mestre em Educação. Técnico Educacional da SEMED Atalaia – AL. Professor da Rede Municipal de Ensino de Rio Largo – AL.

## The Gabino Besouro Government (1892-1894) and the Impacts on Public Instruction in Alagoas

## El Gobierno de Gabino Besouro (1892-1894) y los Impactos en la Instrucción Pública en Alagoas

### *Abstract*

The work is an excerpt from a master's thesis, and seeks to understand the implementation of public policies with a Positivist bias in Alagoas, during the Government of Gabino Besouro (1892-1894). It is located in the field of the history of education and has as its main sources of analysis the Report of the Director of Public Instruction of Alagoas in the year 1892, Decree nº 12, of 1892, the Messages sent by Gabino Besouro to the Congress of Alagoas, the Almanak of the State of Alagoas in 1892 and 1893, and the Official Gazette of September 19, 1889. The reference is in the field of Cultural History, especially the reflections of Peter Burke (2005). We highlight the biography of Gabino Besouro, his main achievements in the areas of education and economy, aligned with the national policy led by Floriano Peixoto. However, this alignment was short-lived, due to Besouro's clashes with the Alagoan oligarchies. We conclude that his management can be understood as a period of creation of the republican structure in the now state of Alagoas.

**Keywords:** History of Education; Gabino Besouro; Alagoas Public Instruction.

### *Resumen*

El trabajo es un extracto de una tesis de maestría, y busca comprender la implementación de políticas públicas con sesgo positivista en Alagoas, durante el Gobierno de Gabino Besouro (1892-1894). Se ubica en el campo de la historia de la educación y tiene como principales fuentes de análisis el Informe del Director de Instrucción Pública de Alagoas en el año 1892, Decreto nº 12, de 1892, los Mensajes enviados por Gabino Besouro al Congreso de Alagoas, el Almanaque del Estado de Alagoas en 1892 y 1893, y la Gaceta Oficial del 19 de septiembre de 1889. La referencia está en el campo de la Historia Cultural, especialmente las reflexiones de Peter Burke (2005). Destacamos la biografía de Gabino Besouro, sus principales logros en las áreas de educación y economía, alineados con la política nacional liderada por Floriano Peixoto. Sin embargo, esta alineación duró poco, debido a los enfrentamientos de Besouro con las oligarquías alagoanas. Concluimos que su gestión puede ser entendida como un periodo de creación de la estructura republicana en el ahora estado de Alagoas.

**Palabras clave:** Historia de la Educación; Gabino Besouro; Instrucción Pública de Alagoas.



## Introdução

O final do século XIX marca o fim da Monarquia e o surgimento do regime republicano no Brasil. Tal sistema de governo, fruto de um golpe de estado comandado pelos militares, teve dois alagoanos como os primeiros presidentes do país: os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, respectivamente.

Tal fato é de importante compreensão para o estudo, já que a origem destes dois personagens e sua ligação com Gabino Besouro, outro militar de origem alagoana, vai influenciar sua chegada ao governo do estado, a implementação de políticas de estado alinhadas ao ideário republicano, e sua queda, quando rompe politicamente com Floriano Peixoto.

Por ter sido realizada durante a pandemia da COVID-19, muitos locais de pesquisa encontraram-se fechados para consulta presencial, o que limitou e dificultou o acesso às fontes. Dito isto, as fontes acessíveis e consultadas nos apresentam um panorama do Governo Besouro (1892-1894), com destaque para a Instrução Pública alagoana.

## Quem foi Gabino Besouro?

Gabino Suzano de Araújo Besouro nasceu em 22 de junho de 1851 em Penedo, sul de Alagoas, cidade banhada pelo rio São Francisco, oriundo de uma família de poucos recursos. Ficou órfão ainda criança, passando a trabalhar como caixeiro viajante<sup>1</sup> em sua cidade natal, uma das mais prósperas ao sul da então Província.

Em nossa pesquisa, marcada também pelos desdobramentos causados pela crise de COVID-19, não foram encontrados dados sobre a família de Gabino Besouro. Entretanto, o Almanak do Estado de Alagoas do ano de 1891 menciona como Intendente municipal da cidade Piranhas, sertão alagoano, o Sr. Luís Fernandes de Araújo Besouro. O Diário Oficial da União de 19 de setembro de 1889 cita:

<sup>1</sup> Segundo Mario Augusto da Silva Santos (2009): “a palavra caixeiro viajante designa a categoria profissional ligada às atividades comerciais, no nível do empregado” (p. 25). O autor ainda complementa o uso do termo como “sinônimo de empregados de casas comerciais” (p. 27).

D. Maria Alves Feitosa Besouro, viuva do escripturario da Estrada do Ferro de Paulo Alfonso, Luiz Fernandes de Araujo Besouro Filho, na importancia annual de 3.00\$, e de João Fernandes de Araujo Besouro, filho legitimo do mesmo escripturio, em igual importancia. Meio-soldo e montepio (BRASIL, 1889, p. 18).

Não se localizaram evidências do parentesco de Luís Fernandes de Araújo Besouro, Luís Fernandes de Araújo Besouro Filho e de Maria Alves Feitosa Besouro com Gabino Besouro. Entretanto, pelo sobrenome Besouro ser incomum em Alagoas nas fontes pesquisadas para tal estudo, pode-se deduzir que tal consanguinidade existisse.

Aos 14 anos, vai a Maceió, já capital alagoana, e alista-se no 2º Corpo Provisório de Voluntários da Pátria, que lutou defendendo o Brasil na Guerra do Paraguai. Cícero Péricles de Carvalho (2021, p. 235) apresenta o cenário da criação dos Voluntários da Pátria: “no Brasil, havia dificuldade para formar um exército combativo”. Não foram descobertos registros do alistamento de Besouro, se este ocorreu ou não de modo “voluntário” como destaca o nome do corpo de soldados do exército.

Carvalho (2021) contextualiza o período da guerra como de forte resistência da classe média urbana nacional à convocação de seus filhos para o embate. A solução encontrada pelo governo brasileiro foi, então, alistar negros fugidos, ex-escravos e pessoas sem perspectivas de melhoria de vida. “Mas o exército brasileiro não poderia ser composto apenas por ex-escravos. Para isso, foram criados “Os Voluntários da Pátria”, um corpo de soldados convocados à força” (CARVALHO, 2021, p. 235-236).

Como já apontado, Gabino Besouro era órfão e pobre, e trabalhava como caixeiro em Penedo. Seu alistamento pode ter sido voluntário, dado tais condições de vida, ou de forma forçada, como ocorreu com muitos homens na época.

Após o término da guerra, deixou de existir Os Voluntários da Pátria. Besouro permanece no Rio de Janeiro, e ingressa na Escola Militar. A vida acadêmica de Gabino Besouro na escola militar in-



clui uma expulsão no ano de 1875, junto de outros 21 alunos, por enfrentamento das arbitrariedades cometidas por seus superiores, em especial o General Polydoro. Essa saída forçada ocasionou sua suspensão por dois anos da vida militar. O curso de engenharia militar só foi concluído em 1881, aos trinta anos de idade, no Rio Grande do Sul (TICIANELLI, 2017).

Em 1881, já formado, foi promovido ao posto de 1º Tenente Militar. Em 1882 foi impedido de realizar matrícula na Escola do Estado Maior, no Rio de Janeiro, pelo então Ministro da Guerra, Carlos Affonso, como represália pelas publicações negativas ao ministro no Jornal Globo, por *Argos*, pseudônimo de Gabino Besouro.

Residindo no Rio Grande do Sul, onde formou-se engenheiro militar, estava ocupando o cargo de Secretário na escola militar desta então província, quando, em 15 de novembro de 1889, adveio a Proclamação da República. A essa altura, já estava casado com Cassiana Azambuja Besouro, com quem teve sua única filha, Anadia de Azambuja Besouro Cintra.

A carreira política de Besouro ganhou impulso com a chegada dos militares ao poder, tanto no Governo Deodoro, quanto no Governo Floriano. No início de 1890,

[...] atendendo ao chamado do ministro da Guerra, Benjamin Constant, foi escolhido para compor a comissão provisória encarregada de elaborar o projeto de reforma da administração militar brasileira, demonstrando que era uma das lideranças dos republicanos. Participava desta comissão quando foi nomeado, sem consulta prévia, para governar o Piauí. A escolha foi de Floriano Peixoto, um dos homens fortes da República. Esteve no Piauí por pouco tempo. Tomou posse em 23 de agosto de 1890. Administrou sem aceitar imposições do Governo Federal e nem das forças políticas locais, desagradando a muitos. Deixou o governo em 19 de outubro de 1890 (TICIANELLI, 2017).

Depois de sua passagem pelo Piauí, retorna a Alagoas, se elegendo Deputado Federal no ano de 1891. Foi representante do estado na elaboração da Constituição de 1891, ainda no governo Deo-

doro, onde pode ser vista sua assinatura como um dos redatores. Como Deputado Federal, teve embates com o grupo de sustentação de Deodoro, com quem rompeu politicamente, aliando-se pouco tempo depois, ao grupo político de Floriano Peixoto, que se tornaria o próximo presidente.

Sobre os primeiros anos da República em Alagoas, Carvalho (2021) assegura que foram marcados pela forte instabilidade política. “Os governadores da Primeira República tinham traços em comuns: a origem social nos estamentos dominantes, o apoio nas oligarquias municipais e seus compromissos com o mundo político conservador” (CARVALHO, 2021, P. 248). Sobre tal afirmação, importante destacar que o vice-governador de Gabino Besouro, o Barão de Traipú, era oriundo de uma oligarquia forte no sul alagoano desde meados do Império.

206

A proximidade com Floriano Peixoto foi decisiva para sua vitória na eleição indireta para Governador de Alagoas em 24 de abril de 1892. Para isso, renuncia ao cargo de Deputado Federal pelo mesmo estado. Seu vice é Manuel Gomes Ribeiro, o Barão de Traipú, que o antecedeu no cargo.

**Marechal Gabino Besouro**



Fonte: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – Escola Marechal Castelo Branco.

Uma das primeiras medidas adotadas por Besouro foi a de “declarar nula a nomeação para Juiz de Direito do bacharel Jacintho d’Assumpção Paes de Mendonça, uma das maiores expressões da economia e da política alagoana de então” (TICIANELLI, 2017). Jacintho, fez parte do Governo Provisório, que durou de 23 a 28 de novembro de 1891, em substituição à gestão de Pedro Paulino da Fonseca, irmão do Marechal Deodoro, e seu vice, Manoel de Araújo Goes, que havia assumido o cargo de governador com a saída de Pedro Paulino.

De perfil intransigente, assim também é caracterizado Gabino Besouro por Verçosa (2015), ao narrar um dos vários embates que teve com grupos oposicionistas:

Em 1893, o Governador Besouro, por divergências políticas com os poderosos locais consegue, através de ato legislativo, mudar a sede do Município de Água Branca, no sertão, para o povoado Várzea do Pico, trocando o nome deste para Capiá. O ato só será desfeito dois anos depois, tendo sido derrubado o governador (VERÇOSA, 2015, p. 101).

Tais medidas podem ser consideradas indicativos do perfil autoritário de Besouro durante sua gestão no governo alagoano, que resultaram em crises e rompimentos com grupos políticos, inclusive, com seu vice-governador, no final de sua gestão.

Ticianeli (2017), assevera que “no governo, manteve aceso seu ideário republicano, pregando intransigente combate aos monarquistas. Era duro com os adversários”. Esse forte apelo republicano pode ser evidenciado na mensagem enviada ao Congresso de Alagoas em 20 de abril de 1892, a primeira após sua posse:

Sem preocupações pessoais, sem outra ambição mais do que o desejo de bem servir a Patria Republicana: sem odios nem afeições extremadas que possam influir sobre os meus actos, eu procurarei sempre inspirar-me nos sãos principios da justiça e da equidade, em uma administração economica e propulsora do desenvolvimento material e em uma

politica honesta, larga e desprendida de preconceitos, que reuna, que confraternize toda familia alagoana. E assim, querendo, e agindo sob o mesmo pensamento, muito podemos fazer em prol da nossa terra, destinada pelas suas extraordinárias riquezas naturaes e pelo civismo de seus filhos, a ocupar na communhão brasileira uma das mais salientes posições (ALAGOAS, 1892b, p. 03).

Esse trecho da fala de Besouro deixa claro o viés desenvolvimentista econômico que iria implementar em seu governo. É bem verdade que muitos investimentos já estavam em andamento, como a primeira usina de açúcar de Alagoas, a Brasileiro, na cidade de Atalaia, que entrou em funcionamento três meses antes da posse de Besouro, fato que modificou a economia canavieira alagoana a partir de então.

Carvalho (2001, p. 16) ressalta que o surgimento das usinas “oferecia maior rendimento industrial e capacidade para introduzir algumas inovações como a irrigação, seleção de mudas e novos processos de trabalho”. O surgimento de novas usinas açucareiras foi forte no Governo Besouro. Em 1894, último ano à frente do governo estadual, foram inauguradas mais três usinas: Central Leão, Serra Grande e Cansação de Sinimbu.

Nesse momento, o segundo principal produto agrícola alagoano era o algodão. Se o açúcar permitiu o surgimento das modernas usinas no período republicano, em especial no governo Besouro, nesse momento surgem também novas fábricas têxteis em Alagoas.

Em 1892 foi fundada, no município de Pilar, a Fábrica Pilarense, da Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos, cuja inauguração ocorreu em 1893. A ela, veio se juntar no cenário têxtil crescente a Fábrica Progresso, construída pela Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, organizada em 30 de setembro de 1892, mas cujo funcionamento data de novembro de 1893. O período correspondente à instalação destas novas indústrias têxteis em Alagoas coincide com o chamado “primeiro surto industrial brasileiro”, ocorrido entre os anos de 1885 e 1895. (TRAJETÓRIA DA INDÚSTRIA EM ALAGOAS: 1850/2017, 2018, p. 43-44).





O surgimento dessas indústrias durante o governo Besouro está inserido numa política nacional de facilidade de crédito para fomentar a indústria nacional, adotada por Floriano Peixoto. Tal artifício tinha o objetivo de descentralizar a industrialização pelo território nacional, como assevera Saes (2005):

Floriano decretará, em 17 de dezembro de 1892, a fusão do Banco do Brasil e do Banco da República num novo Banco da República do Brasil, o único com o privilégio de emitir dinheiro e que, embora permanecendo privado, terá seu presidente, seu vice-presidente e um de seus sete diretores nomeados pelo governo (que ainda terá o poder de veto sobre todas as suas decisões e que exigirá que dois terços dos industriais beneficiados por essa política de fornecimento de crédito tenham suas fábricas fora da Capital Federal) (SAES, 2005, p. 89).

Diferente da Usina Brasileiro, de propriedade de um grupo francês, as usinas inauguradas na gestão Besouro tinham como proprietários antigos banguzeiros alagoanos e pernambucanos. As fábricas têxteis inauguradas nesse período, pertenciam a empresários alagoanos e cariocas.

Outra característica marcante do Governo Besouro foi a construção de obras públicas, com destaque para o Palácio do Governo, batizado de Palácio Floriano Peixoto, autorizado pela Lei nº 30, de 26 de maio de 1893, “cuja pedra fundamental foi lançada no dia 14 de setembro, com o projeto arquitetônico e execução sob a responsabilidade do engenheiro militar alagoano Carlos Jorge Calheiros de Lima, na administração do Dr. Gabino Suzano de Araújo Besouro” (SANT’ANA, 2002, p. 15).

Outras obras públicas importantes foram executadas na capital como a construção de um novo cemitério, a canalização de riachos, a realização de aterros e a remoção do matadouro para local mais distante. Essas ações são citadas na mensagem enviada por Besouro ao Senado de Alagoas em 15 de abril de 1893.

Foi durante seu governo que rede ferroviária alagoana se conecta com a de Pernambuco, facilitando o deslocamento de pessoas e o

fluxo de mercadorias. Até então, o percurso Maceió-Recife era feito por cabotagem. A Estrada de Ferro Sul de Pernambuco teve trajetória “direcionada a Alagoas, aonde chegou em 1894, se entroncando com a Estrada de Ferro Central de Alagoas em Imperatriz (atual União dos Palmares)” (FINGER, 2013, p. 58).

Gabino Besouro foi responsável também pela criação da Junta Comercial<sup>2</sup>, o que já havia defendido na mensagem enviada ao Senado de Alagoas em 15 de abril de 1893: “já é tempo de tratar-se da confecção do nosso código do processo bem como da criação de uma Junta Comercial, pois que ainda está o nosso commercio sujeito á jurisdição do Recife” (ALAGOAS, 1893, p. 06). Também criou o Tribunal de Justiça, nomeando os primeiros desembargadores para o órgão judiciário<sup>3</sup>.

Muitas obras e investimentos realizados em sua gestão beneficiavam a elite alagoana. Carvalho (2021, p. 250) recorda que “Gabino Besouro assumiu com muitas expectativas” e que, assim como os governadores republicanos que o antecederam, tinha “o apoio nas oligarquias municipais” (CARVALHO, p. 248), ligadas ao algodão e, principalmente, à cana-de-açúcar, ainda o principal produto econômico alagoano. O surgimento de novas usinas de açúcar e de fábricas têxteis favoreceu as elites econômicas ligadas a tais setores.

Besouro havia assumido o governo de Alagoas em oposição ao grupo de Deodoro, com apoio de Floriano Peixoto. O governo Besouro foi caracterizado pelo perfil autoritário do mandatário do estado num período de embates entre o grupo político ligado a Deodo-

<sup>2</sup> De acordo com Barros (2005, p. 786), a Junta Comercial de Alagoas foi “criada pela Lei 28, de 26/05/1893, apresentada pelo deputado estadual José Fernando Barros e sancionada pelo governador Gabino Besouro. Em 18 de agosto do mesmo ano, o português José Antônio Teixeira de Barros seria nomeado como primeiro presidente da instituição”.

<sup>3</sup> Segundo o site do Tribunal de Justiça de Alagoas, o órgão surgiu a partir da Lei de Organização Judiciária da Justiça do Estado, estabelecida em 12 de maio de 1892. Em 18 de junho do mesmo ano, o então governador do Estado Gabino Bezouro nomeou pela ordem de antiguidade cinco juízes denominados de desembargadores. Adalberto Elpidio de Albuquerque Figueiredo, Luiz Monteiro de Amorim Lima, Frederico Ferreira França, Manoel Fernando de Araújo Jorge e Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins figuraram como os primeiros desembargadores a compor o Tribunal Superior do Estado, instalado provisoriamente, no dia 1º de julho de 1892, em uma das salas do Palácio do Governo, situado na atual Rua do Comércio, no Centro de Maceió (Disponível em: [https://www.tjal.jus.br/index.php?pag=Institucional\\_historico\\_origens](https://www.tjal.jus.br/index.php?pag=Institucional_historico_origens) . Acesso em 04 mar. 2022).

ro e o de Peixoto, que havia apadrinhado sua eleição para o governo de Alagoas.

Cabino Besouro ainda teve desentendimentos com seu vice, o Barão de Traipu. Além do perfil pouco democrático, o rompimento político de Besouro com seu vice colaborou para acelerar sua queda, como destaca Carvalho (2021, p. 251): “ficou fragilizado pelo seu estilo autoritário, pelo movimento de oposição organizado pelo seu vice, e pelas hostilidades de Floriano, que passou a apoiar a sua substituição”. A partir de então, vários eventos foram desgastando a imagem do governador.

Os últimos dias do seu governo, foram marcados por novas crises e embates. No dia 16 de julho de 1894, entrega o cargo ao Presidente da Câmara, Macário das Chagas Rocha Lessa. Uma junta governou o estado até a eleição do Barão de Traipu, em 16 de setembro (emancipação política de Pernambuco), e sua posse, em 17 de outubro do mesmo ano. Seu vice foi José Vieira Peixoto, primo de Floriano.

### *O Governo Besouro e a Instrução Pública em Alagoas*

Na Instrução Pública, o governo Besouro apresentou algumas ações importantes. Em mensagem enviada ao Congresso de Alagoas em 20 de abril de 1892, ele destacou a necessidade de organização administrativa e legal do estado:

Não ignoraes as condições em que se acha o Estado, e nem é preciso rememorar aqui as lutas civicas que sustentastes para vel-o definitivamente organizado. Tendo sido promulgada apenas a sua Constituição, faltam-lhe absolutamente todas as outras leis complementares à sua organização autonômica. (ALAGOAS, 1892b, p. 04).

Foi nessa conjuntura que Besouro publicou, em 09 de dezembro de 1892, o Decreto nº 12, regulamentando a instrução pública alagoana. No ano seguinte, em nova mensagem enviada ao Senado de Alagoas em 15 de abril de 1893, ele enalteceu a publicação da legislação:

A instrução publica foi reorganizada segundo as bases da lei de 25 de Maio<sup>4</sup> do anno transacto e pelo respectivo regulamento, expedido a 9 de Dezembro. Evidenciares que tanto quanto foi permitido pelas circunstancias do Estado se adaptou a reforma aos moldes do ensino secundário federal.

Teve ella começo de execução este anno e só a pratica poderá salientar mais tarde suas vantagens, defeitos e lacunas.

O Governo Federal já tornou validos os exames do Lyceu Alagoano para a matricula dos cursos superiores da Republica.

É de toda conveniencia que a Directoria do Lyceu passe a ser exercida por pessoa estranha ao magisterio. Iniciada a execução da reforma, passou a cargo dos municípios a instrução primaria, na forma da lei, sendo ainda cedo para se conhecer si houve ou não vantagem na entrega daquelle importante serviço ao Governo Municipal. (ALAGOAS, 1983, p. 05).



Chama a atenção neste trecho da mensagem de Gabino Besouro dois aspectos importantes: o cargo de Diretor do Liceu que passaria a ser exercido por “pessoa estranha ao magistério” e o ensino primário ficando a cargo dos municípios. Segundo o Almanak do Estado de Alagoas do ano de 1894, nesse ano foi o “Director Francisco Domingues da Silva exonerado; nomeado o Dr. Pedro Nolasco Buarque de Gusmão<sup>5</sup>” (p. 424).

Sobre esse último aspecto, Carvalho (2021, p. 248) enfatiza que, nos primeiros anos da República, os governadores alagoanos “exerciam o cargo sem recursos orçamentários próprios, o que limitava a ação estadual, vivendo na dependência do principal recurso de caixa, o oscilante imposto sobre exportações”. Se era essa a situa-

<sup>4</sup> Costa (2011, p. 193), destaca que a referida lei “autoriza o Governador a reorganizar a instrução pública e dá outras providencias relativas ao assunto”. Foi respaldado por tal lei, publicada antes de sua posse como governador, que Gabino Besouro publica o Decreto nº 12, em 09 de dezembro de 1892, reorganizando a instrução pública em Alagoas.

<sup>5</sup> Não foram obtidas informações biográficas mais aprofundadas sobre Pedro Nolasco Buarque de Gusmão. Barros (2005, p. 51) destaca apenas que “nasceu em São Luiz do Quitunde e foi um dos fundadores da Revista do Norte”. No Almanak do Estado de Alagoas do ano de 1894 (p. 129), seu nome é citado na relação de médicos de Maceió do mesmo ano. Foi ainda Deputado Provincial entre 1888-1889, pelo Partido Liberal.

ção do orçamento estadual, é de se supor que os orçamentos dos municípios fossem ainda mais limitados, dificultando a ampliação de vagas no ensino primário.

Ainda falando sobre o Liceu Alagoano, foi na gestão Besouro que a instituição retomou a conclusão da obra de seu prédio próprio, em 1892, já que desde sua criação, funcionava em sedes alugadas. Besouro mandou iniciar a reforma do prédio onde deveria funcionar o Liceu, adquirido pelo estado poucos anos antes, mas ainda inacabado. Ganharia finalmente prédio próprio a instituição, mais de quarenta anos após ter iniciado seu funcionamento.

O governador Gabino Besouro, por decreto n. 69, de 19 de dezembro daquele ano, aprovou o contrato para a conclusão das obras, na importância de 20:880\$000, sendo contratante José de Aguiar Paes Barreto. Aceitou êste tôdas as condições exigidas e organizadas pelo Engenheiro Carlos Jorge Calheiros de Lima. O praso da conclusão dos trabalhos fôra de seis meses, a contar do início, que se verificou oito dias depois da assinatura do contrato (DUARTE, 1960, p. 120).

Entretanto, Ivanildo Gomes dos Santos (2018) afirma que o funcionamento do Liceu neste prédio só ocorreu em 1898, quando o governador era Manuel José Duarte, médico e professor do Liceu. Não se encontrou nenhuma referência acerca do atraso na reforma, desde sua retomada (1892) e o efetivo funcionamento do Liceu no edifício (1898). Supõe-se que devido às condições orçamentárias escassas do governo alagoano (fato já abordado neste estudo) e ao grande número de obras públicas iniciadas por Besouro, não tenha sido possível a conclusão em seis meses, como estabelecido em contrato, por falta de recursos.

Na mensagem enviada ao Congresso Alagoano em 15 de abril de 1894, poucos meses antes do fim de sua gestão à frente do governo estadual, Besouro enaltece as realizações e os avanços na instrução pública que compreendia ter realizado em seu governo.

Vae produzindo melhores resultados a reforma da instrução publica. Os ultimos exames feitos no Lyceu

Alagoano são uma prova disto. O ensino está mais methodisado e a frequencia e applicação dos alumnos têm-se tornado muito mais regular do que em annos anteriores. Não desconheceis o quanto era urgente uma reforma e providencias outras, que levantassem o nivel da instrucção publica no Estado (ALAGOAS, 1894, p. 08).

Na mesma mensagem, Besouro lamenta não poder apresentar ao congresso, bons resultados no ensino primário, este a cargo dos municípios a partir da publicação do Decreto nº 12, de 09 de dezembro de 1892. “Não me parece que possa dar resultados correspondentes o ensino primario a cargo dos municipios, alguns dos quaes ainda são, para esse fim, subvencionados pelos cofres do Estado” (ALAGOAS, 1894, p. 08).

214



Apesar de Besouro enaltecer os avanços na instrução pública advindos da publicação do Decreto nº 12, assim como seu reconhecimento de que o ensino primário não tivesse avançado (agora sob responsabilidade dos municípios) na mensagem enviada ao Congresso Alagoano em 15 de abril de 1894, o governador não apresenta (no documento), dados que sustentem tais afirmações.

Peter Burke (2005, p. 134) nos ajuda na compreensão de tal fonte quando afirma que “política e cultura estão ligadas de mais de um modo”. As mensagens enviadas ao Congresso Alagoano por Gabino Besouro nos anos de 1892, 1893 e 1894 eram documentos redigidos pelo chefe do governo estadual, direcionado aos congressistas do parlamento alagoano da época, sendo, portando, inseridas diretamente num contexto político. Dito isso, Burke (2005) apresenta-nos o conceito de cultura política, inserida na história cultural, que nos auxilia na análise dessas cartas.

“O conceito de “cultura política” é uma expressão da necessidade de ligar os dois domínios, focalizando as atitudes ou noções políticas de diferentes grupos e as maneiras pelas quais essas atitudes são instiladas” (BURKE, 2005, p. 135-136). De tal modo, as mensagens enviadas ao Congresso Alagoano por Gabino Besouro nos anos de 1892, 1893 e 1894, apesar de fontes importantes para construção deste trabalho, precisam ser ponderadas, tendo em vista que

nem sempre apresentam dados (que noutras fontes não foram encontrados, não existem ou quando encontradas, contradizem a fala do Governador) que atestem suas afirmações.

O Decreto nº 12, de 09 de dezembro de 1892 pode ser compreendido como a normatização da instrução pública alagoana proposta por Gabino Besouro. A lei de nº 26, de 25 de maio de 1892 assegurava a legalidade para que o governador reorganizasse a instrução pública, bem como outros aspectos relacionados a ela. Esse decreto, contudo, dava autonomia aos municípios para legislar sobre o ensino primário, ficando o estado responsável pelo secundário<sup>6</sup>, este, ofertado apenas no Liceu de Maceió, e na cidade de Penedo.

No ensino secundário, o Decreto nº 12, de 09 de dezembro de 1892 ampliava a duração dos cursos Normal e Preparatório, e criava o curso Comercial, com o objetivo de profissionalizar os trabalhadores das novas indústrias criadas ao longo do território alagoano.

O anexo do Decreto nº 12 trazia uma tabela com os vencimentos que os professores deveriam receber. Por se tratar de valores monetários, não foi possível comparar com outras profissões da época. Possivelmente foi a primeira vez em Alagoas que o estado instituiu via legislação, um piso para os docentes.

No Relatório do Diretor de Instrução Pública do ano de 1892, o Sr. Manoel Balthazar Pereira Diegues Junior<sup>7</sup>, há menção ao aumento do número de vagas no ensino primário da capital. O relatório do diretor não apresenta números que tornem evidentes a quantidade de matrículas no ensino primário na capital, destacando que em Alagoas, no ano de 1891, os mapas escolares contabilizavam “a matrícula de 8.632 alumnos, sendo 4.390 do sexo masculino e 4.242 do sexo feminino, e a frequencia foi de 6.346 alumnos, sendo 3.086 do sexo masculino e 3.260 do sexo feminino” (ALAGOAS, 1892c, p. 01).

<sup>6</sup> No Decreto nº 12, de 09 de dezembro de 1892, o estado era responsável pelo ensino primário das Escolas-Modelo, uma para cada sexo, localizadas anexas ao Liceu Alagoano. Eram em tais escolas que os alunos do Curso Normal do Liceu realizariam as aulas práticas do curso.

<sup>7</sup> Para conhecer a trajetória do intelectual Manoel Balthazar Pereira Diégues Junior, ler: SILVA VILAR, Edna Telma Fonseca e. Manoel Balthazar Pereira Diegues Júnior: contributos à modernização da educação alagoana. *Dialogia*, São Paulo, n. 37, p. 1-16, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/dialogia.n37.19753>. Acesso em 06. mar. 2022.

Quanto ao ensino secundário, o relatório citado apresenta apenas a quantidade de inscritos para o exame de admissão: “inscritos: 373. Aprovados com distinção: 9. Idem permanente: 136. Idem simplesmente: 173 (318). Reprovados: 31. Deixaram de fazer o exame: 24” (ALAGOAS, 1892c, p. 12). Enquanto para o ensino primário o documento destinava quase duas páginas, para o secundário, apenas dois parágrafos, além dos dados acima, foram destinados por Diegues Junior. Não localizamos dados para o ano de 1893.

**Quadro 1 – Quantitativo de Professores Primários nos cinco municípios mais populosos do interior alagoano no ano de 1894, de acordo com o Almanak do Estado de Alagoas do ano de 1894<sup>8</sup>**

| Município   | Quantidade de professores urbanos | Quantidade de professores rurais | Total | Páginas de citação no Almanak 1894 |
|-------------|-----------------------------------|----------------------------------|-------|------------------------------------|
| Viçosa      | 02                                | 03                               | 05    | 392                                |
| União       | 05                                | 03                               | 08    | 380                                |
| Porto Calvo | 03                                | 03                               | 06    | 288                                |
| Atalaia     | 02                                | 05                               | 07    | 157                                |
| Murici      | 04                                | 05                               | 09    | 205                                |

Fonte: Almanak do Estado de Alagoas para o ano de 1894

**Quadro 2 – Quantitativo de Professores Primários nos cinco municípios menos populosos do interior alagoano no ano de 1894, de acordo com o Almanak do Estado de Alagoas do ano de 1894<sup>9</sup>**

| Município             | Quantidade de professores urbanos | Quantidade de professores rurais | Total | Páginas de citação no Almanak 1894 |
|-----------------------|-----------------------------------|----------------------------------|-------|------------------------------------|
| Água Branca           | 02                                | 03                               | 05    | 138                                |
| Belo Monte            | Sem dados                         | Sem dados                        | --    | ----                               |
| Piranhas              | 02                                | 03                               | 05    | 282                                |
| Piaçabuçu             | Sem dados                         | Sem dados                        | --    | ----                               |
| Porto Real do Colégio | 02                                | 03                               | 05    | 308                                |

Fonte: Almanak do Estado de Alagoas para o ano de 1894

<sup>8</sup> Quadro elaborado pelo autor.

<sup>9</sup> Quadro elaborado pelo autor.



No ano de 1894, dois anos após a publicação do Decreto nº 12, de 09 de dezembro de 1892, e último ano do Governo Besouro, de acordo com o Almanak do Estado de Alagoas do ano de 1894 (p. 100-101), encontramos em Maceió o registro da seguinte quantidade de professores municipais: 16 professores primários nas escolas urbanas, 18 nas escolas sub-urbanas e 17 professoras addidas<sup>10</sup>, totalizando 51 professores primários.

Nos municípios do interior, a quantidade de professores era ainda menor. Viçosa, por exemplo, com população maior do que Maceió, possuía apenas 05 professores primários municipais. Dos municípios com menor população nesse ano, o Almanak do Estado de Alagoas do ano de 1894 não traz dados sobre professores primários em Belo Monte e Piaçabuçu, o que pode indicar a inexistência desses profissionais vinculados ao poder municipal em tais localidades.

Dito isto, pode-se ter uma ideia de como ocorria a instrução pública em Alagoas nesse momento em relação ao ensino primário e secundário. Por tudo o que foi apresentado até o momento, podemos compreender que o número de vagas nesses níveis não acompanhou o crescimento da população, muito menos as matrículas estavam distribuídas de maneira equânime entre os municípios, sendo concentradas principalmente em Maceió.

### *Considerações Finais:*

Gabino Besouro foi membro do parlamento brasileiro que elaborou a primeira Constituição da República Brasileira (1891). No ano seguinte, inicia sua gestão à frente do governo alagoano. Grande entusiasta do novo regime, pelo poder que os militares agora detinham, e apoiado pelo conterrâneo Floriano Peixoto, seu padrinho político para chegada ao cargo de Governador alagoano, e agora Presidente do Brasil, Besouro alinha-se à ideologia e iniciativas do governo militar e republicano de Peixoto.

<sup>10</sup> Conforme Manuele Araújo da Silva (2017, p. 152), o termo professor addidas é “expressão inusual nos dias atuais, mas que seriam, na época, profissionais inseridas nas escolas públicas através dos vínculos políticos e práticas de apadrinhamento”, tendo sido nomeadas, possivelmente, sem formação. Pode comprovar essa hipótese o fato de possuírem classificação própria nos documentos oficiais, fontes desta pesquisa.

A gestão de Besouro (24 de abril de 1892 a 16 de julho de 1894) pode ser caracterizada pela tentativa de normatizar o serviço público (a publicação do Decreto nº 12 é um exemplo disso), estruturar os três poderes (a nomeação para o Tribunal de Justiça, a construção do palácio do governo). Importante destacar que estas ações estavam previstas na Constituição de 1891, incumbência dos estados, da qual Besouro participou da elaboração.

Sua gestão também buscou fortalecer o investimento privado e estimular obras de infraestrutura, como a ligação ferroviária com Pernambuco (perfil modernizador, positivista), e o setor industrial, até então incipiente, que presenciou o surgimento das primeiras usinas açucareiras que viriam a modificar a estrutura sucroalcooleira alagoana nas décadas seguintes, e de novas fábricas têxteis, e o comercial, com a criação da Junta Comercial. Apesar de tais realizações, ficaram mais evidente como marcas de seu governo, as crises políticas e as ações autoritárias do governador.

218

Na Instrução Pública, a publicação do Decreto nº 12, de 09 de dezembro de 1892, pode ser compreendida como o principal legado administrativo, pois a partir de então, passava Alagoas a ter uma legislação que normatizasse o ensino primário nas Escolas-Modelo, e o secundário – ambos a cargo do governo estadual. A criação do Curso Comercial no Liceu, alinhada à política desenvolvimentista, foi uma inovação trazida pelo decreto.

A retomada da obra do Liceu, só concluída em 1898 e o aumento tímido de vagas de ensino primário nos municípios do interior, podem ser compreendidas como políticas de continuidade ao que já ocorria durante os anos finais do Império, já que não contribuíram para ampliação da oferta de vagas, bem como de descentralização das escolas nos municípios menos populosos e distantes da capital, fato não concretizado, possivelmente, pela falta de recursos dos entes municipais, e a inexistência de uma política de fomento à este nível de ensino para nos municípios.

Os dados nos levam à compreensão de que apesar de estruturar o ensino primário nas Escolas-Modelo e o secundário (ambos a cargo do Estado), o ensino primário sob responsabilidade dos municípios, como disposto na Constituição de 1891, teve pouco desen-

volvimento durante a gestão Besouro, provavelmente, devido à falta de recursos destes entes. Não foram localizadas evidências de que houve algum apoio financeiro do governo estadual para o desenvolvimento do ensino primário nos municípios alagoanos entre 1892 e 1894.

## Referências

- ALAGOAS. Decreto nº 12, de 09 de dezembro de 1892. Reorganiza a instrução pública no estado. Maceió, 1892.
- ALAGOAS. Lei nº 26, de 25 de maio de 1892, autoriza o Governador a reorganizar a instrução pública e dá outras providências relativas ao assunto. Maceió, 1892d.
- ALAGOAS. Mensagem que ao Congresso do Estado de Alagoas dirigiu em 20 de abril de 1892 o Exm. Sr. Dr. Gabino Besouro, Governador do Mesmo estado. Maceió, 1892b.
- ALAGOAS. Mensagem que ao Congresso do Estado de Alagoas dirigiu em 15 de abril de 1893 o Exm. Sr. Dr. Gabino Besouro, Governador do Mesmo estado. Maceió, 1893.
- ALAGOAS. Mensagem dirigida ao Congresso Alagoano pelo Dr. Gabino Besouro, Governador de Alagoas, por ocasião de abrir-se a 2ª sessão ordinária da 2ª legislatura em 15 de abril de 1894. Maceió, 1894.
- ALAGOAS. Relatório do Diretor de Instrução Pública de Alagoas. Maceió, 09 de abril de 1892c.
- ALMANK DO ESTADO DE ALAGOAS PARA 1891. ANNO XXI. Maceió, Typ, 1891.
- ALMANK DO ESTADO DE ALAGOAS PARA 1894. ANNO XXI. Maceió, Typ, 1894.
- BARROS, Reynaldo de. Gabino besouro. **ABC das Alagoas**: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. Junta Comercial de Alagoas. Brasília, Senado Federal, 2005. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1104/739030\\_vll.pdf?sequence=8](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1104/739030_vll.pdf?sequence=8) . Acesso em 05 de mar. 2022.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituição de 1891**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html> . Acesso em 09 out. 2021.



BRASIL. **Diário Oficial da União (DOU) de 19 de Setembro de 1899.**

Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1672062/pg-18-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-09-1899> . Acesso em 08 mar. 2022.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

CARVALHO, Cícero Pércles de. **Formação histórica de Alagoas.** Maceió, EDUFAL, 2021.

COSTA, Craveiro. **Instrução pública e instituições culturais de Alagoas & outros ensaios.** Maceió, EDUFAL, 2011.

DUARTE, Abelardo. **História do Liceu Alagoano.** Maceió, Divulgação do Departamento Estadual de Cultura, 1960.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. **Escola Marechal Castelo Branco.** Antigos comandantes – Gabino Besouro. Disponível em: <http://www.eceme.eb.mil.br/antigos-comandantes-m-pt> . Acesso em: 03 mar. 2022.

220



FINGER, Anna Eliza. **Um Século de Estradas de Ferro – Arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957.** 2013, 466 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2013.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **A República e a espada: a primeira década republicana e o florianismo.** São Paulo/SP, 140 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, 2005.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **O Palácio do Governo de Alagoas.** A história de uma praça. Maceió, SENEC, 2002.

SANTOS, Ivanildo Gomes dos. **A instrução secundária nas Alagoas: as aulas avulsas e o Liceu Provincial (1784 – 1892).** 2018, 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

SANTOS, Mario Augusto da Silva. **Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930).** EDUFBA, 2009.

SILVA, Manuele Araújo da. **Um bê-a-bá de ordem e progresso: educação social e instrução escolar no Ceará dos anos 1940.** 2017, 254 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

SILVA VILAR, Edna Telma Fonseca e. Manoel Balthazar Pereira Diegues Júnior: contributos à modernização da educação alagoana. **Dialogia**, São Paulo, n. 37, p. 1-16, e19753, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/dialogia.n37.19753>. Acesso em 06. mar. 2022.

TICIANELI, Edberto. Marechal Gabino Besouro, um linha-dura na política

alagoana. **História de Alagoas**. 2017. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/marechal-gabino-besouro-um-linha-dura-na-politica-alagoana.html> . Acesso em: 03 mar. 2022.

**Trajétoria da Indústria em Alagoas: 1850/2017** / Federação das Indústrias do Estado de Alagoas; Instituto Euvaldo Lodi. – 1. ed. – Maceió: FIEA, 2018.

Tribunal de Justiça de Alagoas: da origem aos dias atuais. **Poder Judiciário de Alagoas**. Disponível em: [https://www.tjal.jus.br/index.php?pag=Institucional\\_historico\\_origens](https://www.tjal.jus.br/index.php?pag=Institucional_historico_origens) . Acesso em 03 mar. 2022.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas: história e histórias**. Maceió: EDUFAL, 2015.

